NEUGEBAUER ALIMENTOS S.A.

CNPJ nº 87.315.834/0001-74
NIRE 43 3 0004704 1

Balanço Patrimonial - 31 de Dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

Ativo	2023	2022
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	**1.982**	19.501
Contas a receber de clientes (Nota 6)	**206.564**	161.473
Estoques (Nota 7)	**97.419**	109.765
Tributos a recuperar (Nota 8.a)	**10.764**	8.101
Despesas antecipadas	**1.115**	730
Outros ativos	**1.744**	3.527
Total do ativo circulante	**319.588**	303.097
Não circulante		
Tributos a recuperar (Nota 8.a)	**1.485**	116
Depósitos judiciais (Nota 16)	**4.355**	4.628
Outros ativos não circulantes	**2.463**	3.000
Tributos diferidos (Nota 15.c)	**104.288**	103.650
Investimentos (Nota 9)	**619**	848
Intangível (Nota 10)	**80.548**	79.719
Imobilizado (Nota 11)	**215.108**	147.234
Total do ativo não circulante	**408.866**	339.195
Total do ativo	**728.454**	642.292

Passivo e patrimônio líquido	2023	2022
Circulante		
Fornecedores (Nota 12)	**91.959**	89.225
Empréstimos e financiamentos (Nota 14)	**19.817**	52.749
Salários e encargos sociais	**8.805**	8.240
Tributos a pagar (Nota 8.b)	**1.230**	1.619
Dividendos a pagar (Nota 18.b)	**-**	890
Outros passivos (Nota 17)	**12.099**	8.913
Total do passivo circulante	**133.910**	161.636
Não circulante		
Obrigações com parte relacionadas (Nota 13)	**-**	31.826
Empréstimos e financiamentos (Nota 14)	**58.772**	89
Provisões (Nota 16)	**6.095**	6.712
Outros Passivos (Nota 17)	**819**	378
Total do passivo não circulante	**65.686**	39.005
Total do passivo	**199.596**	200.641
Patrimônio líquido		
Capital social (Nota 18.a)	**330.775**	286.775
Reservas de lucros	**198.083**	154.876
Total do patrimônio líquido	**528.858**	441.651
Total do passivo e do patrimônio líquido	**728.454**	642.292

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

		Reservas de lucros				
	Capital social	Reserva legal	Reserva de incentivos fiscais	Reserva de lucros a realizar	Lucros (prejuízos) acumulados	Total
Em 31 de dezembro de 2021	286.775	636	12.071	-	-	299.482
Lucro do exercício	-	-	-	-	143.059	143.059
Constituição da reserva legal	-	7.153	-	-	(7.153)	-
Constituição da reserva de incentivos fiscais (Nota 18.c)	-	-	46.909	-	(46.909)	-
Dividendos obrigatórios (Nota 18.b)	-	-	-	-	(890)	(890)
Constituição de res. de lucros a realizar	-	-	-	88.107	(88.107)	-
Em 31 de dezembro de 2022	286.775	7.789	58.980	88.107	-	441.651
Aumento de capital social	**44.000**	-	-	-	-	**44.000**
Retorno de dividendos (Nota 18.b)	-	-	-	**890**	-	**890**
Lucro do exercício	-	-	-	-	**42.317**	**42.317**
Constituição da reserva legal	-	**2.116**	-	-	**(2.116)**	-
Constituição da reserva de incentivos fiscais (Nota 18.c)	-	-	**40.201**	-	**(40.201)**	-
Em 31 de dezembro de 2023	**330.775**	**9.905**	**99.181**	**88.997**	**-**	**528.858**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras 31 de Dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1.Contexto operacional: A Neugebauer Alimentos S.A. ("Companhia") detentora das marcas, Neugebauer e Mumu, é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede e foro localizados em Arroio do Meio, RS, na Rodovia RS 130, Km 74, nº 2258, cujo objetivo social e atividade preponderante incluem a industrialização, comercialização, a importação e exportação de derivados do cacau e de chocolates em geral, doces de leite, balas e semelhantes em geral, dentre outros produtos do gênero alimentício. A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria da Companhia em 08 de fevereiro de 2024.

2. Resumo das principais políticas contábeis: 2.1. Base de preparação: As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão apresentadas na Nota 2.3. As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor. A preparação de demonstração financeira requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3. **2.2. Mudanças nas políticas contábeis e divulgações:** As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

Norma nova e normas alteradas	Objetivo	Vigência
IFRS 16/CPC 06 - Arrendamentos	Em setembro de 2022, o IASB emitiu alterações ao IFRS 16 (equivalente ao CPC 06 – Arrendamentos) para especificar os requisitos que um vendedor-arrendatário utiliza na mensuração da responsabilidade de locação decorrente de uma transação de venda e arrendamento de volta,a fim de garantir que o vendedor-arrendatário não reconheça qualquer quantia do ganho ou perda que se relaciona com o direito de uso que ele mantém.	01/01/2024
IAS 1/CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis	Os objetivos destas alterações foram as seguintes: (i) especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante; (ii) ajudar as entidades a aplicar o julgamento da materialidade para divulgação de políticas contábeis.	01/01/2024
IAS 7 e IFRS 7/CPC 03 (R2) – Demonstrações do fluxo de caixa e CPC 40 (R1) - Instrumentos financeiros: evidenciação	O objetivo das alterações é esclarecer as características de acordos de financiamento de fornecedores e exigir divulgações adicionais desses acordos. Os requisitos de divulgação nas alterações têm como objetivo auxiliar os usuários das demonstrações financeiras a compreender os efeitos dos acordos de financiamento com fornecedores nas obrigações, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez de uma entidade.	01/01/2024

Na opinião da Administração, não haverá impacto significativo das alterações de normas mencionadas acima, nas demonstrações financeiras a findar-se em 31 de dezembro de 2023.

2.3. Resumo das principais políticas contábeis: As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário. a) Conversão em moeda estrangeira: *Moeda funcional e moeda de apresentação.* Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua (a "moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em R$ (Reais), que é a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação da Companhia. *Transações e saldos.* As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas da avaliação, quando os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos, caixa e equivalentes de caixa e contas a receber são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira. Todos os outros ganhos e perdas cambiais são apresentados na demonstração do resultado como "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas". b) Caixa e equivalentes de caixa. Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor. c) Ativos financeiros: *Classificação.* Os ativos financeiros são classificados sob as seguintes categorias de mensuração: • Mensurados ao valor justo (seja por meio de outros resultados abrangentes ou por meio do resultado). • Mensurados ao custo amortizado. A classificação depende do modelo de negócio da entidade para gestão dos ativos financeiros e os termos contratuais dos fluxos de caixa. A Companhia não possui ativos financeiros classificados como ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A Companhia classifica os seguintes ativos financeiros ao custo amortizado: • Aplicações financeiras; • Contas a receber de clientes; *Reconhecimento e desreconhecimento.* Compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos e a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade. *Mensuração:* Custo amortizado - os ativos, que são mantidos para coleta de fluxos de caixa contratuais quando tais fluxos de caixa representam apenas pagamentos do principal e de juros, são mensurados ao custo amortizado. As receitas com juros provenientes desses ativos financeiros são registradas em receitas financeiras usando o método da taxa efetiva de juros. Quaisquer ganhos ou perdas devido à baixa do ativo são reconhecidos diretamente no resultado e apresentados no grupo de receitas e despesas financeiras juntamente com os ganhos e perdas cambiais. As perdas por *impairment* são apresentadas em uma conta separada na demonstração do resultado. *Impairment:* A Companhia avalia, em base prospectiva, as perdas esperadas de crédito associadas aos títulos de dívida registrados ao custo amortizado e ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A metodologia de *impairment* aplicada depende de ter havido ou não um aumento significativo no risco de crédito. Para as contas a receber de clientes, a Companhia aplica a abordagem simplificada conforme permitido pelo CPC 48 e, por isso, reconhece as perdas esperadas ao longo da vida útil a partir do reconhecimento inicial dos recebíveis. d) Contas a receber de clientes: As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. A Companhia mantém as contas a receber de clientes com o objetivo de arrecadar fluxos de caixa contratuais e, portanto, essas contas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros, deduzidas das provisões para perdas. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, são apresentadas no ativo não circulante. As perdas de crédito esperadas são analisadas e constituídas a partir do valor faturado ao cliente, com base no histórico de inadimplência e análise individual dos clientes. A provisão para devedores duvidosos foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos e teve como critério a análise individual dos saldos de clientes com risco de inadimplência. e) Estoques: Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O método de avaliação considera o custo médio ponderado. O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreendem matérias-primas, mão de obra direta, outros custos diretos e despesas gerais de produção relacionadas (com base na capacidade operacional normal). O valor realizável líquido é o preço de venda estimado para o curso normal dos negócios, deduzidos os custos de execução, tributos e as despesas de venda. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídos quando consideradas necessárias pela Administração. f) Ativos intangíveis: *Direito de uso de software:* As licenças adquiridas de programas de computador (softwares) são capitalizadas e amortizadas ao longo de sua vida útil estimada. Os gastos associados ao desenvolvimento ou à manutenção de softwares são reconhecidos como despesas na medida em que são incorridos. Os gastos diretamente associados a softwares identificáveis e únicos, controlados pela Companhia e que, provavelmente, gerarão benefícios econômicos maiores que os custos por mais de um ano, são reconhecidos como ativos intangíveis. Os gastos com o desenvolvimento de softwares reconhecidos como ativos são amortizados usando-se o método linear ao longo de suas vidas úteis. *Marca registrada:* As marcas registradas adquiridas em uma combinação de negócio são reconhecidas pelo valor justo na data da aquisição. O valor justo foi calculado com base na expectativa de fluxo de caixa descontado, considerando o Método de Avaliação Relief-from Royalties. Neste método a estimativa de valor justo foi obtido por meio de projeção da receita líquida da empresa adquirida, ajustada por uma taxa de royalties. *Ágio:* O ágio resulta da aquisição de Empresa e representa o excesso da: (i) contraprestação transferida, (ii) do valor da participação de não controladores na adquirida e (iii) do valor justo na data da aquisição de qualquer participação patrimonial anterior na adquirida em relação ao valor justo dos ativos líquidos identificáveis adquiridos. Caso o total da contraprestação transferida, a participação dos não controladores, reconhecida e a participação mantida anteriormente medida pelo valor justo seja menor do que o valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, no caso de uma compra vantajosa, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração do resultado. g) Imobilizado: O imobilizado compreende principalmente a fábrica, seus equipamentos e instalações e escritórios comerciais. O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, temos a satisfação de submeter à apreciação de V.Sas., as Demonstrações Financeiras relativas ao período encerrado em 31 de dezembro de 2023, ficando desde já a disposição para quaisquer esclarecimentos julgados necessários. Arroio do Meio, 08 de fevereiro de 2024. A Administração.

Demonstração do Resultado
Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2023	2022
Receita líquida (Nota 19)	**624.879**	534.308
Custo das vendas (Nota 20)	**(458.246)**	(413.452)
Lucro bruto	**166.633**	120.856
Despesas com vendas (Nota 20)	**(85.150)**	(71.702)
Despesas administrativas (Nota 20)	**(39.211)**	(31.878)
Resultado de equivalência patrimonial (Nota 9)	**(579)**	(534)
Outras receitas operacionais, líquidas (Nota 21)	**13.455**	8.230
Lucro operacional	**55.148**	24.972
Receitas financeiras (Nota 22)	**3.465**	6.571
Despesas financeiras (Nota 22)	**(15.876)**	(10.044)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	**42.737**	21.499
Imposto de renda e contribuição social corrente (Nota 15.a)	**(1.059)**	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 15.a)	**639**	121.560
Lucro líquido do exercício	**42.317**	143.059
Ações em circulação no final do exercício (em milhares)	**286.775**	286.775
Lucro líquido básico e diluído por ação R$	**0,15**	0,50

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração do Resultado Abrangente
Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2023	2022
Lucro líquido do exercício	**42.317**	143.059
Outros componentes do result. abrangente	**-**	-
Total do resultado abrangente do exercício	**42.317**	143.059

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração dos Fluxos de Caixa
Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2023	2022
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	**42.737**	21.499
Ajustes		
Depreciação e amortização	**12.499**	12.421
Valor residual do ativo imob. e intangível baixado	**61**	(2.169)
Resultado de equivalência patrimonial	**579**	534
Perdas em créditos	**1.499**	1.310
Despesas (receitas) financeiras não realizadas, líquidas	**9.127**	4.434
Variações cambiais não realizadas, líquidas	**1.286**	197
Provisão para perdas com estoque	**103**	173
Provisão para contingências	**617**	(1.577)
Outros ajustes ao lucro líquido	**203**	244
Variação em ativos e passivos operacionais		
Aumento de contas a receber	**(47.897)**	(42.804)
Redução (aumento) de estoques	**12.280**	(31.415)
Aumento (redução) de tributos a recuperar	**(5.091)**	15.770
Redução (aumento) de outros ativos	**2.208**	(995)
Aumento de fornecedores	**2.755**	24.995
Aumento de salários e encargos sociais	**564**	3.210
Redução de tributos a pagar	**(427)**	(17.252)
Aumento de outros passivos	**2.191**	4.570
Caixa gerado (aplicado) nas operações	**35.294**	(6.855)
Juros pagos	**(9.701)**	(917)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	**25.593**	(7.772)
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aportes em investidas	**(350)**	(350)
Aquisições de bens do ativo imobilizado	**(81.107)**	(31.403)
Venda de bens do ativo imobilizado	**91**	3.259
Aquisição de ativo intangível	**(247)**	(293)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	**(81.613)**	(28.787)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Amortização de empréstimos	**(238.996)**	(81.823)
Ingressos de empréstimos	**263.497**	105.634
Integralização de capital social	**44.000**	-
Mútuo com partes relacionadas	**(30.000)**	30.000
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamentos	**38.501**	53.811
Redução (aumento) de caixa e equivalentes de caixa, líquidos	**(17.519)**	17.252
Caixa e equiv. de caixa no início do exercício	**19.501**	2.249
Caixa e equiv. de caixa no final do exercício	**1.982**	19.501

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos. Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

	Anos
Edificações	19
Máquinas	15
Veículos	5
Móveis e utensílios	10

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado. Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o seu valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas " na demonstração do resultado. h) *Impairment* de ativos não financeiros: Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para identificar eventual necessidade de redução ao valor recuperável (*impairment).* As revisões de *impairment* do ágio são realizadas anualmente ou com maior frequência se eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem um possível *impairment.* Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGCs). Para fins desse teste, o ágio é alocado para as Unidades Geradoras de Caixa ou para os grupos de Unidades Geradoras de Caixa que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou, e são identificadas de acordo com o segmento operacional. i) Contas a pagar aos fornecedores: As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. j) Provisões: As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada (*construtive obligation*), como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira. k) Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido: As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos correntes e diferidos. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório. O imposto de renda e a contribuição social diferido são reconhecidos sobre as diferenças temporárias, decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Entretanto, o imposto de renda e a contribuição social diferido não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal). O imposto de renda e a contribuição social diferido ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. l) Empréstimos e financiamentos: Os empréstimos e financiamentos tomados são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, os empréstimos tomados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (*pro rata temporis*). São apresentados como passivo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como passivos não circulantes). m) Reconhecimento de receita: A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos. A Companhia reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia. Outras receitas operacionais são reconhecidas pelo regime de competência, de acordo com a essência dos acordos relevantes. A receita de juros é reconhecida em base proporcional ao tempo, levando em consideração o principal em aberto e a taxa efetiva ao longo do período até o vencimento, quando se determina que essa receita será apropriada à Companhia. As receitas financeiras são reconhecidas conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa de juros efetiva, registradas contabilmente em regime de competência e são representadas principalmente por rendimentos sobre aplicações financeiras, juros e descontos obtidos. n) Impostos sobre vendas: Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas, exceto: • Quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não for recuperável junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso; • Quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas; e • O valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial. As receitas de vendas e serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

	Alíquotas
ICMS	17%
IPI	3,25%
Contribuição para Seguridade Social (COFINS)	7,6%
Programa de Integração Social (PIS)	1,65%

Nas demonstrações de resultado as receitas são demonstradas pelos valores líquidos dos correspondentes impostos, conforme suas incidências locais. o) Distribuição de dividendos: A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas. p) Outras despesas e receitas operacionais: As demais receitas e despesas, incluindo reembolso de despesas, são reconhecidas no resultado pelo regime de competência conforme a essência dos contratos aplicáveis. q) Subvenção governamental: Subvenções governamentais são reconhecidas quando há razoável segurança de que a entidade cumprirá todas as condições estabelecidas e relacionadas à subvenção e de que a subvenção será recebida. Quando o benefício se refere a um item de despesa, é reconhecido como receita ao longo do período do benefício de forma sistemática em relação às respectivas despesas cujo benefício pretende compensar.

3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos: As estimativas são continuamente avaliadas e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam valores significativos, as quais, caso realizadas possuem a capacidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir. a) Perda (*impairment*) do ágio: Anualmente, a Companhia testa eventuais perdas (*impairment*) no ágio, de acordo com a política contábil apresentada na Nota 2.3.f. Os valores recuperáveis de Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) foram determinados com base em cálculos do valor em uso, efetuados com base em estimativas (Nota 10.a). b) Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas: A Companhia é parte em diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

4. Gestão de risco: 4.1. Fatores de risco financeiro: As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco com taxa de câmbio, risco de taxa de juros, risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez. A tesouraria da Companhia, identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros conforme as orientações da diretoria. a) Risco de mercado: i) *Risco de taxa de juros:* Os empréstimos emitidos a taxas fixas expõem a Companhia ao risco de valor justo associado à taxa de juros. A política da Companhia é de manter parte substancial de seus empréstimos com pagamento em taxa de juros fixa ou atrelados ao CDI. Visando minimizar riscos, a Companhia tem como prática a manutenção de hedge natural composto por ativos financeiros indexados ao CDI. Considerando a manutenção de posições de ativos financeiros indexados ao CDI e em patamares significativos em relação aos passivos financeiros, também atreladas ao CDI e parte em taxas de juros fixas, levando em conta ainda a estrutura de financiamento das operações, predominantemente de capital próprio, a administração entende que seus resultados possuem baixa sensibilidade a variações nas taxas de juros praticadas no mercado. ii) *Risco com taxa de câmbio:* Esse risco decorre da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas ou ganhos por causa de flutuações nas taxas de câmbio, que impactem os valores nominais das aquisições de insumos (matéria-prima e embalagens) e saldos de operações denominados em moeda estrangeira.

		2023	2022
Ativos financeiros (Nota 6)	Dólar	**15.877**	8.406
	Euro	**834**	-
Passivos financeiros (Nota 12)	Dólar	**10.399**	6.714

Continua »»»

Este documento foi assinado digitalmente por Adair Gilberto Weiss.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 9DFA-5D7B-AAE3-E3CB.

Este documento foi assinado digitalmente por Adair Gilberto Weiss.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 9DFA-5D7B-AAE3-E3CB.

»»» Continuação

NEUGEBAUER ALIMENTOS S.A. **Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras 31 de Dezembro de 2023 e 2022** (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b) Risco de crédito: Risco de crédito é o risco de uma das partes contratantes de instrumento financeiro causar prejuízo financeiro à outra parte pelo não cumprimento da sua obrigação perante esta outra. A política de vendas da Companhia está intimamente associada ao nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A diversificação de sua carteira de recebíveis, a seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos prazos de financiamento de vendas por segmento de negócios e limites individuais de posição, são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em seu contas a receber. c) Risco de liquidez: A previsão de fluxo de caixa é realizada na Companhia e agregada pelo departamento de Finanças. Este departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Também mantém espaço livre suficiente em suas linhas de crédito comprimissadas, disponíveis a qualquer momento, a fim de que a Companhia não quebre os limites ou cláusulas de empréstimo (quando aplicável) em qualquer uma de suas linhas de crédito. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida da Companhia, cumprimento de cláusulas, cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial e, se aplicável, exigências regulatórias externas ou legais - por exemplo, restrições de moeda. d) Gestão de capital: Os objetivos ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazo, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

	2023	2022
Total dos emprést. e financiamentos (Nota 14)..	**78.590**	52.838
Total de mútuos (Nota 13).....	**-**	31.826
Menos: caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)..	**(1.982)**	(19.501)
Dívida líquida	**76.608**	65.163
Total do patrimônio líquido	**528.858**	441.651
Total do capital	**605.466**	506.814
Índice de alavancagem financeira - %.....	**12,7%**	12,9%

5. Caixa e equivalentes de caixa

	2023	2022
Depósitos em conta corrente.....	**13**	36
Fundos de investimento (i).....	**7**	16.801
Certificados de depósito bancário (ii)	**1.962**	2.664
	1.982	19.501

(i) Fundos de investimento de renda fixa com remuneração próxima ao CDI (Certificado de Depósitos Interbancários) e possuem liquidez imediata, remuneradas por 105,23% do CDI. (ii) Aplicações em CDB DI, com liquidez diária, remunerada por 10% do CDI (Aplicação automática dos saldos em conta corrente).

6. Contas a receber de clientes

	2023	2022
Contas a receber de clientes.....	**236.844**	178.531
Contas a receber de partes relacionadas (Nota 13)	**19**	-
	236.863	178.531
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	**(9.967)**	(8.468)
Vendas com entregas futuras.....	**(20.332)**	(8.590)
Contas a receber, líquidas.....	**206.564**	161.473

As vendas para entrega futura foram substancialmente concluídas no primeiro mês do exercício subsequente. As contas a receber de clientes e demais contas a receber da Companhia são denominadas nas seguintes moedas:

	2023	2022
Reais	**220.152**	170.125
Dólares americanos.....	**15.877**	8.406
Euro.....	**834**	-
	236.863	178.531

A análise do vencimento dessas contas a receber está apresentada a seguir:

2023	Contas a receber	Provisão p/ liquidação duvidosa	Vendas c/ entregas futuras	Total
A vencer	**184.483**	**-**	**(20.332)**	**164.151**
Vencidas:				
Até três meses.....	**17.748**	**-**	**-**	**17.748**
De três a seis meses..	**9.506**	**(9)**	**-**	**9.497**
De seis a doze meses	**16.026**	**(1.216)**	**-**	**14.810**
Mais de doze meses...	**9.099**	**(8.742)**	**-**	**357**
	236.862	**(9.967)**	**(20.332)**	**206.563**

2022	Contas a receber	Provisão p/ liquidação duvidosa	Vendas c/ entregas futuras	Total
A vencer	154.367	-	(8.590)	145.777
Vencidas:				
Até três meses.....	12.837	(12)	-	12.825
De três a seis meses..	1.591	(11)	-	1.580
De seis a doze meses	1.582	(328)	-	1.254
Mais de doze meses...	8.154	(8.117)	-	37
	178.531	(8.468)	(8.590)	161.473

A movimentação na provisão para créditos de liquidação duvidosa de contas a receber de clientes é a que segue:

	Movimentação
Em 31 de dezembro de 2021	7.158
Adições	1.523
Reversões/baixas	(213)
Em 31 de dezembro de 2022	8.468
Adições	**1.813**
Reversões/baixas	**(314)**
Em 31 de dezembro de 2023	**9.967**

A Companhia não mantém nenhum título dado como garantia.

7. Estoques

	2023	2022
Matérias-primas, embalagens e outros.....	**38.563**	52.661
Produtos em elaboração	**6.529**	5.206
Produtos acabados.....	**42.466**	47.384
Mercadoria para revenda	**92**	130
Vendas com entregas futuras.....	**9.769**	4.384
	97.419	109.765

8. Tributos a recuperar e a pagar

a) Tributos a recuperar

	2023	2022
Imposto de renda e contribuição social (i).....	**2.991**	1.814
ICMS (ii).....	**3.225**	5.183
PIS e COFINS (iii)	**5.979**	1.130
IPI	**54**	90
	12.249	8.217
Ativo circulante	**10.764**	8.101
Ativo não circulante	**1.485**	116

(i) Corresponde ao imposto de renda retido na fonte sobre aplicações financeiras e antecipações de imposto de renda e contribuição social, que serão realizados mediante a compensação com impostos e contribuições federais. (ii) Corresponde, substancialmente, aos créditos de ICMS sobre aquisições de matéria prima e de ativo imobilizado para os quais a Companhia possui expectativa de realização em quatro anos, através da compensação de débitos desses mesmos tributos incidentes sobre as vendas. (iii) Corresponde substancialmente, aos créditos de PIS e COFINS sobre aquisições de ativo imobilizado da Companhia, e serão recuperados através da compensação de débitos desses mesmos tributos incidentes sobre as vendas.

b) Tributos a pagar

	2023	2022
ICMS.....	**3.277**	2.059
PIS e COFINS	**142**	48
IPI	**1.461**	1.089
IRRF	**655**	611
IRPJ e CSLL.....	**1.059**	-
Outros.....	**19**	18
Impostos sobre vendas entregas futuras	**(5.383)**	(2.206)
	1.230	1.619

9. Investimentos **Chocolates Neugebauer Ltda.**

	2023	2022
Em 01 de janeiro	**848**	1.032
Integralização de capital (i).....	**350**	350
Perda com equivalência patrimonial (ii).....	**(579)**	(534)
Em 31 de dezembro	**619**	848

(i) O aumento de capital na controlada Chocolates Neugebauer Ltda. ocorreu em 27 de março de 2023 e 05 de dezembro de 2023, no montante de R$ 50 e R$300, respectivamente, totalizando R$350 no exercício. (ii) O cálculo de equivalência patrimonial efetuado pela companhia é realizado com os saldos de 30 novembro de 2023. A companhia avaliou que o resultado de equivalência patrimonial não é relevante para as suas operações e que o impacto da contabilização do resultado não impacta de forma significativa os saldos contábeis apresentados.

Consolidação de entidades nas quais a Companhia detém controle: A Companhia é detentora de participação acionária de 100% do capital da Chocolates Neugebauer Ltda., a qual tem por objeto o comércio varejista de gêneros alimentícios em geral, especialmente produtos derivados de chocolate. Com base no valor absoluto da participação da Companhia e no valor relativo das outras participações, a administração concluiu que possui controle sobre a entidade. Porém, conforme estabelecido no pronunciamento técnico CPC36 (R3), e atendendo a todas as condições elencadas no parágrafo 4, a Companhia está dispensada da apresentação de demonstrações financeiras consolidadas, uma vez que a sua controladora Vonpar S.A. (antiga Ultrapar S.A.) apresentará suas demonstrações financeiras consolidadas.

a) Dados complementares do investimento:

	2023	2022
Dados referente a participação		
Ativos.....	**607**	846
Passivos.....	**30**	24
Patrimônio líquido.....	**577**	822
Prejuízo líquido.....	**(596)**	(515)
Percentual de participação (%)	**100**	100

10. Intangível

	Direito de uso de software	Estudos e projetos	Ágio aquisição Neugebauer (a)	Marcas (b)	Total
Em 31/dezembro/2022.....	1.139	543	64.117	13.920	79.719
Custo total	10.556	1.047	64.117	13.920	89.640
Amortização acumulada..	(9.417)	(504)	-	-	(9.921)
Valor residual	1.139	543	64.117	13.920	79.719
Aquisição.....	**-**	**-**	**-**	**247**	**247**
Transf. de imobilizado (c)	**846**	**185**	**-**	**222**	**1.253**
Amortizações	**(550)**	**(121)**	**-**	**-**	**(671)**
Em 31/dezembro/2023.....	**1.435**	**607**	**64.117**	**14.389**	**80.548**
Custo total	**11.403**	**1.232**	**64.117**	**14.389**	**91.141**
Amortização acumulada..	**(9.968)**	**(625)**	**-**	**-**	**(10.593)**
Valor residual	**1.435**	**607**	**64.117**	**14.389**	**80.548**

(a) Em 4 de fevereiro de 2010, a Companhia adquiriu a totalidade das ações da empresa Neugebauer S.A., detentora da marca de chocolates Neugebauer. Testes do ágio para verificação de *impairment*: O valor recuperável do ágio é determinado com base em cálculos do valor em uso. Esses cálculos usam projeções de fluxo de caixa, antes do imposto de renda e da contribuição social, baseadas em orçamentos financeiros aprovados pela administração para um período de dez anos. Os valores referentes aos fluxos de caixa posteriores ao período de dez anos foram extrapolados com base nas taxas de crescimento estimadas. A taxa de crescimento não excede a taxa de crescimento média de longo prazo do setor no qual a Companhia atua. As premissas-chave se referem principalmente a volume de vendas, preço de vendas, taxa de crescimento e taxa de desconto.

	2023	2022
Volume de vendas (% da taxa de crescimento anual).....	**7,26**	4,70
Preço de venda (% da taxa de crescimento anual)	**4,25**	4,36
Taxa de crescimento - %.....	**3,70**	4,48
Taxa de desconto - %	**16,43**	13,04

O volume de vendas considera a média anual da taxa de crescimento no período previsto de dez anos. Ele se baseia no desempenho passado e nas expectativas da administração para o desenvolvimento do mercado e da Companhia. O preço de venda considera a média anual da taxa de crescimento no período previsto de dez anos. Ele se baseia nas atuais tendências do setor e inclui as previsões de inflação para o longo prazo. (b) Em 29 de dezembro de 2011, a Companhia adquiriu, da Mumu Alimentos Ltda., a marca "MUMU". O respectivo valor de aquisição foi lastreado em laudo de avaliação emitido por empresa especializada em 20 de dezembro de 2011. (c) Em 2023 a Companhia realizou transferência de itens que estavam classificados como imobilizado em andamento e resultou em um incremento no saldo do ativo intangível.

11. Imobilizado

	Terrenos	Edificações e benfeitorias	Equipamentos e instalações Industriais	Escritório	Veículos	Benfeit. Imóveis Terceiros	Total em operação	Obras em andamento	Total
Em 31 de dezembro de 2022	5.328	59.142	52.379	1.379	699	201	119.128	28.106	147.234
Aquisições	**-**	**-**	**198**	**137**	**54**	**-**	**389**	**80.718**	**81.107**
Alienações/baixas de depreciação.....	**-**	**-**	**8**	**2**	**20**	**-**	**30**	**-**	**30**
Alienações/baixas	**-**	**-**	**(158)**	**(3)**	**(21)**	**-**	**(182)**	**-**	**(182)**
Transferências.....	**-**	**1.324**	**10.725**	**494**	**402**	**100**	**13.045**	**(14.298)**	**(1.253)**
Depreciações	**-**	**(2.172)**	**(9.141)**	**(300)**	**(196)**	**(19)**	**(11.828)**	**-**	**(11.828)**
Em 31 de dezembro de 2023	**5.328**	**58.294**	**54.011**	**1.709**	**958**	**282**	**120.582**	**94.526**	**215.108**
Custo total	**5.328**	**74.020**	**145.698**	**4.160**	**2.003**	**343**	**231.552**	**94.526**	**326.078**
Depreciação acumulada	**-**	**(15.726)**	**(91.687)**	**(2.451)**	**(1.045)**	**(61)**	**(110.970)**	**-**	**(110.970)**
Valor residual.....	**5.328**	**58.294**	**54.011**	**1.709**	**958**	**282**	**120.582**	**94.526**	**215.108**

Certos itens do imobilizado, estão dados em garantia de operações de financiamentos (Nota 14.a). O saldo de imobilizações em andamento corresponde, substancialmente, a aquisição de máquinas e equipamentos para a nova linha de produção de chocolates barras, ampliação da linha de massas e aquisição de empacotadora para a linha de bombons. E expectativa é que a nova linha e a empacotadora comecem a operar na capacidade plena em janeiro de 2024.

12. Fornecedores

	2023	2022
Fornecedores - mercado interno	**81.560**	82.511
Fornecedores - mercado externo - Dólar	**10.399**	6.714
	91.959	89.225

13. Partes relacionadas

2023	Vendas	Contas a receber (Nota 6)	Mútuo
Chocolates Neugebauer (i)....	**29**	**19**	**-**

2022	Vendas	Contas a receber (Nota 6)	Mútuo
Chocolates Neugebauer (i)....	334	-	-
Acionistas (ii)	-	-	31.826

(i) Chocolates Neugebauer Ltda. é controlada da Neugebauer Alimentos S/A conforme nota 9. As principais transações com partes relacionadas foram realizadas em condições habituais de mercado com prazos de vencimentos entre 15 e 45 dias. (ii) Captação de recurso com os Acionistas da Vonpar S.A. (antiga Ultrapar S.A.), para o investimento para expansão da capacidade produtiva, devido a demanda de crescimento do mercado, impulsionado principalmente pela linha de tabletes (barras). Com a pandemia esse crescimento ficou potencializado pelas ocasiões de consumo. Com isso a empresa acelerou o ganho de share, e por consequência, investimentos, principalmente nas linhas de preparação de massas e conformação de barras, os quais tiveram que ser antecipados no Plano Diretor. Para atender a esse investimento, em setembro de 2022, a Companhia realizou contrato de mútuo com os acionistas Vonpar S.A. Os mútuos foram liquidados dentro do exercício de 2023, diante da efetivação de financiamento por meio do programa FINEP, em condições apresentadas em Nota 14.a.

14. Empréstimos e financiamentos

Moeda nacional	Vencimento	Taxa de juros anual - %	2023	2022
Financiamento de imobilizado - BNDES (a)	15/08/2024	(i) 6,2%	**88**	338
Empréstimo de capital de giro - Itaú	18/01/2023	(ii) 5,47%	**-**	50.919
Conta garantida - Itaú	N/A	(iii) 4,28%	**8.529**	-
Conta garantida - Bradesco	N/A	(iii) 4,28%	**10.985**	1.581
Financiadora de estudos e projetos - FINEP	15/04/2033	(v) 3,3%	**58.987**	-
			78.589	52.838
Passivo circulante			**19.817**	52.749
Passivo não circulante			**58.772**	89

(i) Os custos dos "Financiamentos de imobilizado" são, basicamente, em FINAME - custo médio ponderado de 5,3% a.a., e BNDES Automático - Custo de 11% a.a., podendo ou não sofrer variação em caso de oscilação da TJLP. (ii) Os custos do "Empréstimos de capital de giro" do banco Itaú são compostos basicamente por 100% da variação do CDI, acrescida de 5,473% aa, calculada na base de 360 dias. (iii) O custo dos "Empréstimos de capital de giro" do Itaú e Bradesco (conta garantida) é composto basicamente pela taxa pós-fixada de 4,281% a.a. que equivale a 0,350% a.m. com parâmetro de reajuste de 100% do CDI. (iv) Sobre o principal da dívida incidirão, *pro rata temporis*, juros compensatórios compostos de TJLP reduzidos por EQUALIZAÇÃO em 0,737% (zero virgula setecentos e trinta e sete por cento), acrescidos de 3,3% (três virgula três por cento) ao ano a título de SPREAD. Os contratos de empréstimos e financiamentos firmados pela Companhia não possuem cláusulas restritivas ('*covenants*'). a) Garantias: Os financiamentos de imobilizado - BNDES, referem-se à linhas de FINAME e estão garantidos por alienação fiduciária dos bens objeto do financiamento e por aval da Holding Vonpar S.A. (antiga Ultrapar S.A.). b) Vencimento do saldo de empréstimos de longo prazo: Os montantes ao longo prazo têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

Anos de vencimento	2023	2022
2024.....	**-**	89
2025.....	**4.847**	-
2026.....	**7.271**	-
2027.....	**7.271**	-
2028.....	**39.383**	-
	58.772	89

c) Movimentação dos empréstimos e financiamentos

	2023	2022
Ingresso novos empréstimos.....	**263.497**	105.634
Amortização do principal.....	**(238.996)**	(81.823)
Atualização dos juros.....	**6.090**	2.608
Amortização dos juros	**(4.839)**	(917)
Movimento.....	**25.752**	25.502

15. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

a) Despesa de imposto de renda e contribuição social

	2023	2022
Imposto de renda corrente	**(796)**	-
Contribuição social corrente.....	**(263)**	-
Total de imposto corrente	**(1.059)**	-
Imposto de renda diferido.....	**409**	89.323
Contribuição social diferido	**230**	32.237
Total de imposto diferido.....	**639**	121.560
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	**(420)**	121.560

b) Conciliação da despesa do imposto de renda e da contribuição social: A reconciliação entre a despesa de imposto de renda e de contribuição social pela alíquota nominal e pela efetiva está demonstrada a seguir:

	2023	2022
Lucro antes do IR e da contribuição social.....	**42.737**	21.499
Alíquota nominal combinada do imp. de renda e da contribuição social	**34%**	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	**(14.531)**	(7.310)
Ajustes para cálculo pela alíquota efetiva		
Resultado de equivalência patrimonial	**(197)**	(181)
Multas	**(5)**	(7)
Gratificações a diretoria.....	**(157)**	(184)
Incentivos fiscais.....	**14.240**	7.227
Compensação de prejuízo e base negativa.....	**473**	-
Outras diferenças permanentes	**(143)**	(28)
Diferido sobre prejuízo fiscal / base negativa de exercícios anteriores	**(144)**	122.043
Diferença do adicional de IR	**24**	-
PAT.....	**20**	-
Imposto de renda e contribuição social no exercício	**(420)**	121.560
Corrente	**(1.059)**	-
Diferido.....	**639**	121.560

c) Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos: O imposto de renda e contribuição social diferidos montam os seguintes valores:

	2023	2022
Provisão para contingências trabalhistas.....	**848**	1.073
Provisão para contingências cíveis	**1.224**	1.209
Vendas com entregas futuras.....	**1.690**	657
Outras provisões não dedutíveis	**427**	468
Diferido sobre prejuízo e base negativa (i).....	**121.899**	122.043
Imposto diferido ativo	**126.088**	125.450
Ágio e mais valia na aquisição de investimentos	**(21.800)**	(21.800)
Imposto diferido passivo	**(21.800)**	(21.800)
Imposto diferido ativo (passivo), líquido	**104.288**	103.650

(i) Em 2022 a companhia realizou o registro de ativo diferido sobre prejuízo fiscal e base negativa, decorrentes dos prejuízos acumulados em exercícios anteriores. Conforme requisitos do CPC 32, itens 24 e 35, a Companhia realizou a avaliação sobre a disponibilidade de lucros tributáveis futuros mediante seu histórico de prejuízos, constatando, conforme projeções, crescimentos dos lucros futuros em medida que seja possível o consumo da totalidade dos valores apresentados. O registro e a manutenção dos impostos diferidos ativos estão suportados por estudos elaborados pela Administração, que comprovam a capacidade da Companhia em gerar lucros tributáveis futuros, que garantem a realização dos créditos de impostos. A expectativa da Companhia é realização de parte do diferido no ano de 2023 e nos anos seguintes deverá manter margens positivas suficientes para a realização do ativo diferido registrado, conforme demonstrado abaixo:

	Ativo diferido
2024.....	**10.734**
2025.....	**9.480**
2026.....	**12.670**
2027.....	**16.342**
2028 e após.....	**76.862**
	126.088

16. Provisão para contingências e depósitos judiciais: Nas datas das demonstrações financeiras, a Companhia apresentava os seguintes passivos, e correspondentes depósitos judiciais, relacionados a contingências:

Descrição	2023 Depósito Judicial	2023 Provisão p/ contingências	2022 Depósito judicial	2022 Provisão p/ contingências
Trabalhistas	**2.206**	**2.549**	2.479	3.157
Cíveis	**2.149**	**3.546**	2.149	3.555
	4.355	**6.095**	4.628	6.712

A movimentação das provisões para contingências:

	Movimento
Saldo inicial	**6.712**
Provisão constituída	**923**
Reversão de provisão.....	**(1.540)**
Saldo final.....	**6.095**

A Companhia é parte envolvida em processos trabalhistas e cíveis em andamento, e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela administração, amparada pela opinião de seus consultores legais externos. Dentre os valores provisionados há um processo na esfera cível ao qual possui valor individual significativo. Trata-se de liquidação de sentença promovida por Milton e Scherer e Cia Ltda. em face de Ernesto Neugebauers S/A, ao objetivo de apurar, através de perito judicial, o lucro de 33,33% sobre o total das vendas feitas pela requerida na área de atuação da autora. Em setembro de 2023, após julgado um recurso desfavorável, o escritório especializado que cuida da causa atualizou o valor envolvido para R$ 3.581, permanecendo como perda provável (R$4.829 em 2022). Tal alteração foi realizada por conta de o exequente ter, em apresentação de cálculo atualizado, seguido os parâmetros de atualização definidos em decisão judicial acerca da liquidação do valor, ao invés de se utilizar dos cálculos inicialmente apresentados na execução, que possuíam valor maior. Para essa contingência existe um depósito judicial cível no valor de R$2.061. As contingências trabalhistas e previdenciárias consistem, principalmente, em reclamações de ex-colaboradores de unidades descontinuadas pleiteando complemento de remuneração. A Companhia possui ações de natureza cível, trabalhista, tributária e judicial, envolvendo risco de perda classificados pela administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, para os quais não há provisão constituída, conforme composição e estimativa a seguir:

	2023	2022
Cível	**2.085**	2.966
Trabalhista.....	**787**	583
Tributário	**1.230**	454
Passivo contingente	**4.102**	4.003

17. Outros passivos

	2023	2022
Contas a pagar – Florestal	**418**	378
Acordos comerciais.....	**4.175**	1.872
Descontos comerciais de fidelidade.....	**5.024**	3.865
Contrato de publicidade e propaganda	**600**	800
Honorários.....	**35**	231
Energia elétrica.....	**542**	538
Fretes	**98**	26
Aluguéis.....	**612**	277
Provisões não dedutíveis	**233**	437
Outras contas a pagar.....	**1.181**	867
	12.918	9.291
Passivo circulante.....	**12.099**	8.913
Passivo não circulante.....	**819**	378

18. Patrimônio líquido: a) Capital social: É dividido em 286.775.886 (2022 - 286.775.886) ações ordinárias sem valor nominal e encontram-se integralmente subscritas e integralizadas. A Vonpar S.A. (antiga Ultrapar S.A.) detém 100% das ações da Companhia. Em 23 de outubro de 2023, a acionista da Companhia deliberou um aumento de capital no montante de R$44.000, sem alteração do número de ações emitidas pela Companhia. b) Dividendos: Os acionistas têm direito de receber anualmente, como dividendo obrigatório, o equivalente a 1% do lucro líquido, após a dedução da parcela destinada à constituição da reserva legal, e quando deliberado pela Assembleia Geral, as parcelas destinadas às reservas para contingências e de lucros a realizar. Apresentamos abaixo a apuração dos cálculos do dividendo mínimo obrigatório e demais reservas:

	2023	2022
Lucro (prejuízo) do exercício:	**42.317**	**143.059**
Reserva de incentivos fiscais	**(40.201)**	**(46.909)**
Reserva Legal (5%).....	**2.116**	**(7.153)**
Base ajustada para cálculo dos dividendos	**-**	**88.997**
Dividendo mínimo obrigatório (1%)	**-**	**890**

Em reunião de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, realizada em 15 de março de 2023, foi deliberado o não pagamento dos dividendos mínimos propostos sobre o exercício de 2022, sendo o montante de R$890 retornado à conta de Reserva de Lucros no Patrimônio líquido. c) Reserva de incentivos fiscais: Em 31 de dezembro de 2023 a Companhia destinou parte do lucro contábil do exercício no montante de R$40.064 (R$46.909 em 31 de dezembro de 2022) para a conta de reserva de incentivos fiscais.

19. Receita líquida

	2023	2022
Vendas brutas de produtos	**930.019**	798.377
Contratos de fidelidade.....	**(26.341)**	(22.847)
Outros descontos promocionais	**(44.315)**	(21.989)
Impostos sobre vendas.....	**(220.060)**	(209.255)
Deságio clientes.....	**525**	(3.593)
Vendas com entregas futuras	**(14.949)**	(6.385)
Receita líquida	**624.879**	534.308

20. Custos e despesas por natureza

	2023	2022
Custo das vendas		
Matéria-prima	**(337.948)**	(304.866)
Embalagens.....	**(71.136)**	(64.474)
Despesas com pessoal	**(21.607)**	(18.487)
Depreciação/amortização.....	**(11.124)**	(10.883)
Outras despesas	**(16.431)**	(14.742)
	(458.246)	(413.452)
Despesas com vendas		
Despesas com pessoal	**(26.591)**	(21.968)
Despesas com serviços de terceiros	**(14.735)**	(11.994)
Despesas com fretes	**(27.881)**	(25.295)
Depreciação/amortização	**(324)**	(262)
Despesas de marketing.....	**(8.146)**	(6.950)
Outras despesas	**(7.473)**	(5.233)
	(85.150)	(71.702)
Despesas administrativas		
Despesas com pessoal	**(18.352)**	(16.366)
Despesas com serviços de terceiros	**(9.704)**	(8.120)
Aluguel de imóveis	**(6.550)**	(3.011)
Depreciação/amortização.....	**(1.183)**	(1.272)
Outras despesas	**(1.923)**	(1.799)
Perdas em créditos, líquidas	**(1.499)**	(1.310)
	(39.211)	(31.878)

21. Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

	2023	2022
Receitas de incentivos fiscais - Fundopem (Nota 23 a)	**10.168**	5.504
Receitas de incentivos fiscais - Prefeitura (Nota 23 d).....	**858**	775
Receitas de incentivos fiscais - Leite (Nota 23 e).....	**1.145**	-
Receitas de incentivos fiscais - Paraíba (Nota 23 f).....	**359**	-
Resultado líquido na venda de ativos.....	**70**	2.571
Operações descontinuadas.....	**(214)**	(1.004)
Sinistros não indenizáveis	**-**	(175)
Outras receitas (despesas)	**1.069**	559
	13.455	8.230

22. Resultado financeiro líquido

	2023	2022
Despesas com juros.....	**(6.368)**	(4.742)
Despesa com variação cambial.....	**(3.480)**	(4.657)
Descontos concedidos	**(4)**	(38)
Despesas com financiamento FINEP.....	**(4.694)**	-
Outras despesas financeiras.....	**(1.330)**	(607)
Despesas financeiras	**(15.876)**	(10.044)
Receita com variação cambial.....	**1.930**	4.490
Rendimento de aplicações financeiras.....	**1.080**	1.865
Outras receitas financeiras.....	**455**	216
Receitas financeiras	**3.465**	6.571
	(12.411)	(3.473)

23. Subvenções governamentais: Corresponde à parcela do lucro decorrente das subvenções governamentais para investimentos, que devem ser transferidos para a reserva de incentivos fiscais, à medida em que a Companhia gere lucro.

	Fundopem (a)	Base reduzida ICMS (SP) (b)	Diferimento ICMS (PR e RS) (c)	Incentivo Municipal (d)	Crédito Presumido Leite (e)	TARE Paraíba (f)	Total
Incentivos gerados em exercícios anteriores.....	29.608	3.062	1.227	3.632	-	-	37.529
Incentivos fiscais em 2022..	5.504	7.206	7.966	775	-	-	21.451
Incentivos fiscais em 2023..	**10.168**	**10.129**	**19.993**	**858**	**1.145**	**359**	**42.652**
	45.280	**20.397**	**29.186**	**5.265**	**1.145**	**359**	**101.632**

a) Fundopem: A Companhia tem incentivo fiscal, nos termos do Livro I, art. 32, CXXIV, do Regulamento do ICMS, aprovado pelo Decreto nº 37.699, de 26 de agosto de 1997, conforme Primeiro aditivo ao Termo de Acordo firmado em 17 de novembro de 2011, em decorrência dos investimentos realizados na nova fábrica de chocolates Neugebauer. O benefício fiscal é apropriado com base em crédito fiscal presumido de 50% (cinquenta por cento) sobre o incremental real de ICMS devido pelo estabelecimento, relativamente às operações com mercadorias de produção própria, ficando limitado ao montante investido na nova planta industrial, conforme atestado de comprovação do investimento emitido pela Coordenadoria-Adjunta do Sistema Estadual de Atração e Desenvolvimento de Atividades Produtivas - SEADAP, da Secretaria de Desenvolvimento e Promoção do Investimento - SDPI, no valor total de 7.145.859,35 UIF/RS, e estará limitado pelo período máximo de 12 anos (início em mai/15 até abr/27), ficando condicionado ao número não inferior à 250 empregos diretos ao longo do período de apropriação do incentivo e ao atingimento da base de ICMS incremental de 23.201,93 UIF/RS. O benefício é apropriado mensalmente, somente quando atingido os gatilhos, e reconhecido o crédito no resultado como outras receitas operacionais e a débito na conta de ICMS a recuperar no ativo circulante. O montante de incentivos fiscais reconhecidos durante o exercício de 2023 foi de R$10.168 (2022 - R$5.504). b) Base reduzida de ICMS - Estado de SP: A Companhia tem incentivo fiscal, nos termos do Regulamento ICMS-SP, Artigo 51, onde indica a redução da base de cálculo nas operações ou prestações arroladas no Anexo II, exceto na operação própria praticada por contribuinte sujeito às normas do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - "Simples Nacional", em conformidade com suas disposições (Lei 6.374/89, art. 5º e Lei Complementar nº 123/06). (Redação dada ao artigo pelo Decreto 54.650, de 06-08-2009; DOE 07-08-2009; efeitos a partir de 01-08-2009).

Continua »»»

Este documento foi assinado digitalmente por Adair Gilberto Weiss.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 9DFA-5D7B-AAE3-E3CB.

Este documento foi assinado digitalmente por Adair Gilberto Weiss.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 9DFA-5D7B-AAE3-E3CB.

»» Continuação

NEUGEBAUER ALIMENTOS S.A. **Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras 31 de Dezembro de 2023 e 2022** (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A redução de base de cálculo prevista para as operações ou prestações internas aplica-se, também, no cálculo do valor do imposto a ser recolhido a título de substituição tributária, quando a redução da base de cálculo for aplicável nas sucessivas operações ou prestações até o consumidor ou usuário final. (Redação dada ao parágrafo pelo Decreto 61.744, de 23-12-2015, DOE 24-12-2015; produzindo efeitos a partir de 01-01-2016). O Artigo 39 indica que fica reduzida a base de cálculo do imposto incidente nas saídas internas com os produtos alimentícios, classificados segundo a Nomenclatura Brasileira de Mercadorias do Sistema Harmonizado - NBM/SH, realizadas por estabelecimento fabricante ou atacadista, de forma que a carga tributária corresponda ao percentual de 12% (doze por cento) (Lei 6.374/89, art. 112): (Artigo acrescentado pelo Decreto 49.113 de 10-11-2004; DOE 11-11-2004; produzindo efeitos em relação às operações realizadas a partir de 01-12-2004). O montante de incentivos fiscais oriundos dos decretos do estado de SP, que foram apurados durante o exercício de 2023 foi de R$10.129 (2022 – R$ 7.206). Estes valores foram excluídos no LALUR e constituídos em reserva de incentivos fiscais. c) Diferimento de ICMS - Estados de PR e RS: O Regulamento ICMS PR, através do Artigo 28, determina o diferimento do pagamento do imposto nas saídas internas entre contribuintes e nas operações de importação, por contribuinte, de mercadorias, na proporção de: I - 33,33% (trinta e três inteiros e trinta e três centésimos por cento) do valor do imposto, na hipótese de a alíquota ser 18% (dezoito por cento). No Rio Grande do Sul, com fundamento no inciso IX do art. 35 da Lei nº 15.576, 29/12/20, ficam introduzidas as seguintes alterações no Regulamento do ICMS, aprovado pelo Decreto nº 37.699, de 26/08/97: ALTERAÇÃO Nº 5495 - No Livro III, ficam acrescentados os arts. 1º-J e 1º-K com a seguinte redação: Art. 1º-K - Na hipótese em que não se aplicar o disposto nos arts. 1º-A, 1º-C, 1º-D e 1º-F a 1º-J, difere-se para a etapa posterior o pagamento da parte do imposto devido que exceda 12% (doze por cento) do valor da operação, nas saídas internas destinadas à industrialização ou à comercialização, promovidas entre estabelecimentos inscritos no CGC/TE.: NOTA 01 - Na hipótese deste artigo, a responsabilidade pelo referido pagamento fica transferida ao destinatário da mercadoria. O montante de incentivos fiscais oriundos dos decretos dos estados do PR e RS, apurados durante o exercício de 2023 foi de R$19.993 (2022 - R$7.966). Estes valores foram excluídos no LALUR e constituídos em reserva de incentivos fiscais na medida que a Companhia apresentar lucro. d) Incentivo municipal: A Companhia tem incentivo fiscal, nos termos da Lei Municipal nº 2.760 de 06 de agosto de 2009 e da Lei Municipal nº 3.038 de 23 de novembro de 2011, conforme contrato de incentivo nº 006/2012, firmado em 11 de junho de 2012, em decorrência dos investimentos realizados na nova fábrica de chocolates Neugebauer, ambos consolidados em 01 de fevereiro de 2022 pelo contrato de incentivo nº 003/2022. O benefício fiscal é apropriado com base no incremento de ICMS gerado pelo investimento, em proporção equivalente a 40% do valor de retorno de ICMS decorrente do valor adicionado. Ficando condicionado ao investimento de R$116.000 já comprovados junto ao município, permanecer no município durante o período de concessão do incentivo com no mínimo 245 postos de trabalho, com limite do valor global de R$7.393 e prazo até 2030. O benefício é recebido anualmente, e reconhecido a crédito no resultado como outras receitas operacionais. O montante do incentivo municipal recebido durante o exercício de 2023 foi de R$858 (2022 - R$775). e) Crédito presumido de ICMS leite cru: A partir de 1º de janeiro de 2023, aos estabelecimentos industriais, foi concedido o benefício fiscal de crédito presumido de 4% na aquisição interna de leite cru, oriundo de produtor rural ou cooperativa produzido neste Estado, conforme inciso CCVII do DECRETO Nº 37.699/1997. A utilização deste crédito fiscal fica condicionada a: i) o leite cru adquirido não seja utilizado para produção de leite fluido ou pré-condensado; ii) será proporcional às saídas tributadas de derivados de leite; iii) este benefício somente se aplica às aquisições de leite cru destinadas à industrialização própria do estabelecimento; iv) em relação ao leite cru adquirido de cooperativa de produtores, o benefício abrange somente aquele comprovadamente produzido neste Estado; v) o crédito fiscal presumido será apropriado por opção do contribuinte. O crédito presumido é apurado mensalmente, e reconhecido a crédito no resultado como outras receitas operacionais. O montante do incentivo recebido durante o exercício de 2023 foi de R$1.145. f) Crédito presumido de ICMS na Paraíba: O benefício fiscal é calculado com base nas saídas de mercadorias realizadas pela Companhia destinadas a contribuintes regularmente inscritos no cadastro de contribuintes do ICMS e será concedido crédito presumido de forma que o imposto a recolher corresponda a: i) 4% (quatro por cento) nas operações internas com mercadorias sujeitas à alíquota de 18% (dezoito por cento) exceto açúcar adquirido e/ou produzido em outra unidade da Federação; ii) 6,5% (seis e meio por cento) nas operações internas com açúcar adquirido e/ou produzido em outra unidade da Federação; iii) 7% (sete por cento) nas operações internas com mercadorias sujeitas à alíquota de 25% (vinte e cinco por cento); v) 1% (um por cento) nas operações internas com mercadorias adquiridas de estabelecimento industrial localizado neste Estado, quando por ele produzidas; iv) 1% (um por cento) nas operações interestaduais. O benefício é apurado mensalmente, e reconhecido a crédito no resultado como outras receitas operacionais. O montante do incentivo recebido durante o exercício de 2023 foi de R$359.

24. Instrumentos financeiros por categoria

Custo amortizado	**31/12/2023**	**31/12/2022**
Ativos		
Contas a receber de clientes	**206.564**	161.473
Caixa e equivalentes de caixa	**1.982**	19.501
	208.546	180.974
Passivo		
Mútuos	**-**	31.826
Empréstimos	**78.589**	52.838
Fornecedores	**91.959**	89.225
	170.548	173.889

25. Seguros: A Companhia possui um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitá-los, contratando no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e operação de seus negócios. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia apresentava as seguintes principais apólices de seguro contratadas com terceiros:

Bens segurados	**Riscos cobertos**	**Montante da cobertura**
Patrimônio	Incêndio/raio/explosão	130.000
e estoques	Danos elétricos	1.000
	Vendaval a fumaça	10.000
	Lucros cessantes	50.000

Adicionalmente, a Companhia mantém apólices específicas para responsabilidade civil.

RICARDO VONTOBEL
Presidente

SÉRGIO ROBERTO COPETTI
Diretor

ROGÉRIO MARTINS DE OLIVEIRA
Diretor

ARNO DIOVANI DE VARGAS
Contador - CRC-RS 097873/O-4 - CPF 915.385.210-91

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Diretores e Acionistas da **Neugebauer Alimentos S.A.**

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Neugebauer Alimentos S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras: A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 08 de fevereiro de 2024.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC-SP015199/F

Raquel Laguna Zambelli Cerqueira
Contadora
CRC-RS069287/O-5

Este documento foi assinado digitalmente por Adair Gilberto Weiss.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 9DFA-5D7B-AAE3-E3CB.

Este documento foi assinado digitalmente por Adair Gilberto Weiss.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 9DFA-5D7B-AAE3-E3CB.

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/9DFA-5D7B-AAE3-E3CB ou vá até o site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 9DFA-5D7B-AAE3-E3CB

Hash do Documento

945AC218BAEAF68A6C146B22508235C640780A6BA6EB7C10C94780A3ABC8E1CD

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 09/02/2024 é(são) :

- ☑ Adair Gilberto Weiss (Diretor Executivo) - 693.073.690-20 em 09/02/2024 08:49 UTC-03:00
  Tipo: Certificado Digital - JORNAL A HORA LTDA - 04.280.850/0001-41